

Resultados do Ano de 2018

Sumário Executivo

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral traz estatísticas das três esferas de governo – Governo Central, Estados e Municípios –, consolidadas no setor institucional Governo Geral, apuradas pelo regime de competência. A publicação faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais de transparência fiscal e antecipa o cumprimento de recomendação do G-20 acerca da disseminação de dados fiscais.

Em 2018, o total da receita do Governo Geral apresentou crescimento real de 3,2% em relação ao ano anterior, passando de 40,5% do PIB para 41,5% do PIB. Esse incremento foi influenciado principalmente pelas contribuições sociais e pelos impostos, que cresceram 5,4% e 1,2% respectivamente, em termos reais. As despesas tiveram acréscimo real de 2,4%, alcançando 49,4% do PIB. Os principais aumentos foram em uso de bens e serviços (5,7%) e remuneração de empregados (2,9%).

A aquisição bruta de ativos não financeiros (investimento) do Governo Geral registrou crescimento real de 16,3% em 2018 em relação a 2017. Esse incremento não foi suficiente para compensar o consumo de capital fixo e as alienações de ativos não financeiros, tendo como consequência “investimento líquido em ativos não financeiros” negativo de 0,2% do PIB. Apesar de ainda negativo, o resultado foi melhor em relação a 2017.

Como resultado desses fluxos a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral registrou crescimento real de 2,0%, alcançando 7,7% do PIB em 2018.

Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

A base de dados com as séries completas desde 2010 estão disponíveis no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Tabela 1. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2017/2018

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores reais ¹ – R\$ Milhões		% do PIB	
	2017	2018	2017	2018
Transações que afetam o patrimônio líquido				
1. Receita	2.789.002	2.878.730	40,5%	41,5%
2. Despesa	3.342.441	3.424.068	48,5%	49,4%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	107.563	108.016	1,6%	1,6%
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-445.877	-437.322	-6,5%	-6,3%
Resultado Operacional Líquido – ROL (1-2)	-553.440	-545.338	-8,0%	-7,9%
Transações com ativos não financeiros				
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-33.166	-14.475	-0,5%	-0,2%
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-520.274	-530.863	-7,6%	-7,7%
Itens de memorando:				
<i>1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo</i>	<i>3.234.879</i>	<i>3.316.052</i>	<i>46,9%</i>	<i>47,9%</i>
<i>2. Aquisição bruta de ativos não financeiros</i>	<i>85.597</i>	<i>99.562</i>	<i>1,2%</i>	<i>1,4%</i>
<i>3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária</i>	<i>-84.774</i>	<i>-98.135</i>	<i>-1,2%</i>	<i>-1,4%</i>

Fontes: STN, IBGE e BCB

1. Valores reais a preços de dezembro de 2018 - IPCA

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2018

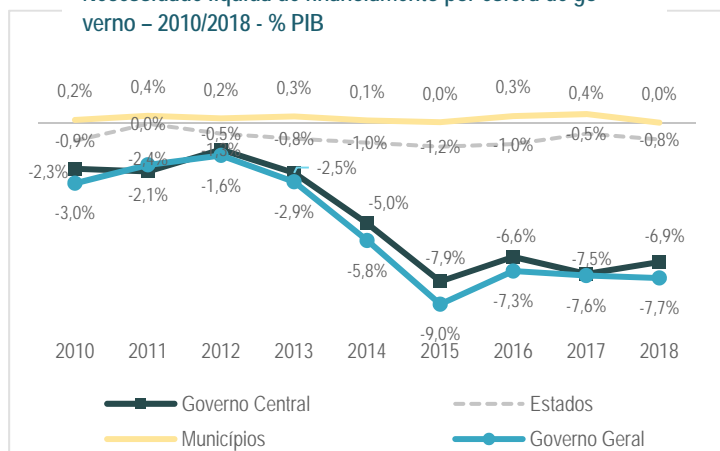
Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Orçamen- tário	Extraor- çamentá- rio	Coluna de conso- lidação	Governo Central conso- lidado	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de conso- lidação	
Transações que afetam o patrimônio líquido								
1. Receita	1.809.436	150.311	-20.457	1.939.290	848.219	632.002	-582.740	2.836.772
2. Despesa	2.292.329	149.802	-20.457	2.421.674	904.581	631.879	-582.740	3.375.395
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	34.852	0	0	34.852	37.433	34.154	0	106.439
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-448.041	509	0	-447.532	-18.930	34.278	0	-432.185
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-482.893	509	0	-482.384	-56.362	123	0	-538.623
Transações com ativos não financeiros								
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-11.980	0	0	-11.980	-708	-1.340	0	-14.028
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de fi- nanciamento (1-2-31)	-470.912	509	0	-470.404	-55.654	1.463	0	-524.595
Itens de memorando:								
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	2.257.477	129.345	0	2.386.822	867.149	597.724	-582.740	3.268.956
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	26.686	0	0	26.686	38.056	33.597	0	98.339
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financia- mento primária	-85.486	-6.606	0	-92.092	2.000	-8.422	0	-98.514

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

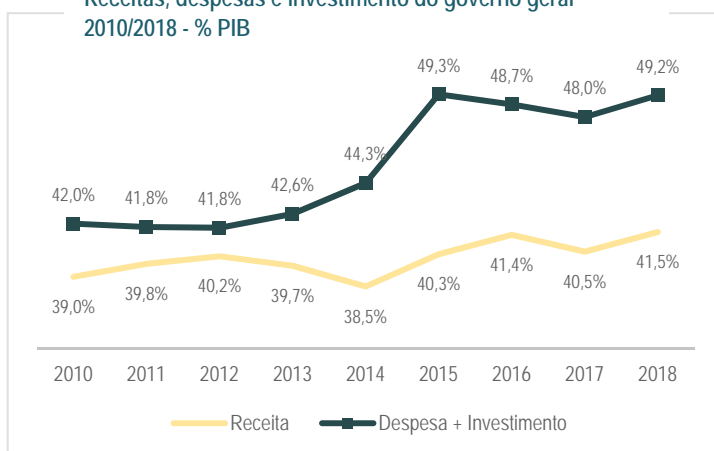
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Necessidade líquida de financiamento por esfera de governo – 2010/2018 - % PIB



Fonte: STN, IBGE e BCB

Receitas, despesas e investimento do governo geral 2010/2018 - % PIB



Receitas do Governo Geral – Acumulado no Ano

Tabela 3. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2018

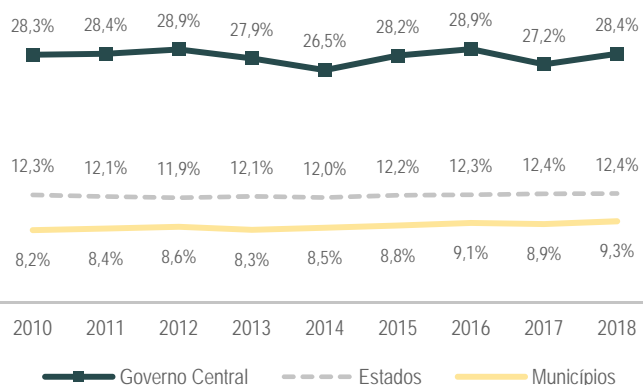
Receita	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
1. Receita	1.809.436	150.311	-20.457	1.939.290	848.219	632.002	-582.740	2.836.772
11. Impostos	907.062	0	0	907.062	589.081	157.801	0	1.653.944
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	429.355	0	0	429.355	42.433	18.075	0	489.863
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	23.786	0	0	23.786	0	0	0	23.786
113. Impostos sobre a propriedade	1.445	0	0	1.445	52.553	59.220	0	113.218
114. Impostos sobre bens e serviços	411.323	0	0	411.323	493.925	80.505	0	985.753
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	41.153	0	0	41.153	0	0	0	41.153
116. Outros impostos	0	0	0	0	171	0	0	171
12. Contribuições sociais	524.413	124.428	0	648.841	36.088	80.733	0	765.663
13. Transferências / Doações	917	0	0	917	190.937	340.097	-531.930	20
14. Outras receitas	377.045	25.883	-20.457	382.470	32.112	53.371	-50.809	417.145

Fontes: STN, IBGE e BCB

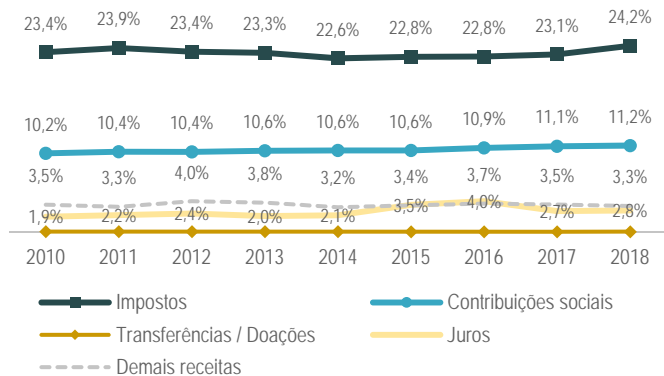
Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

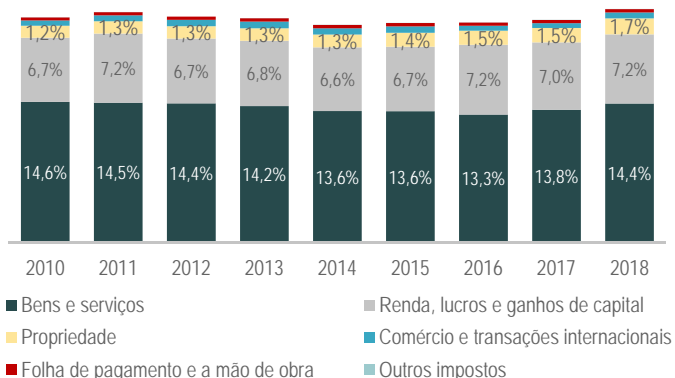
Evolução das receitas por esfera de governo 2010/2018 - % do PIB



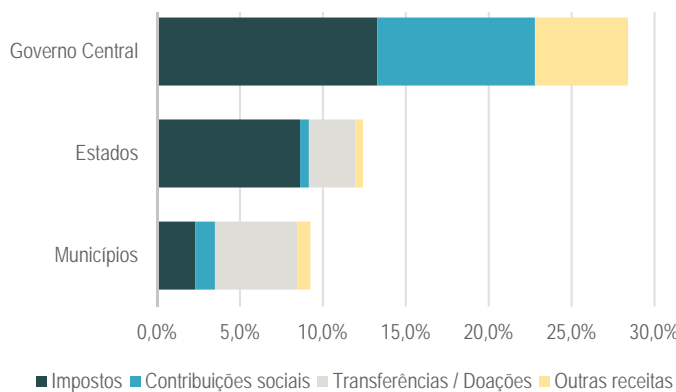
Composição das receitas do governo geral 2010/2018 - % do PIB



Composição das receitas de impostos do governo geral 2010/2018 - % do PIB



Composição das receitas por esfera de governo 2018 - % do PIB



Despesas do Governo Geral – Acumulado no Ano

Tabela 4. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil - Resultado acumulado no ano - 2018

Valores correntes – R\$ Milhões

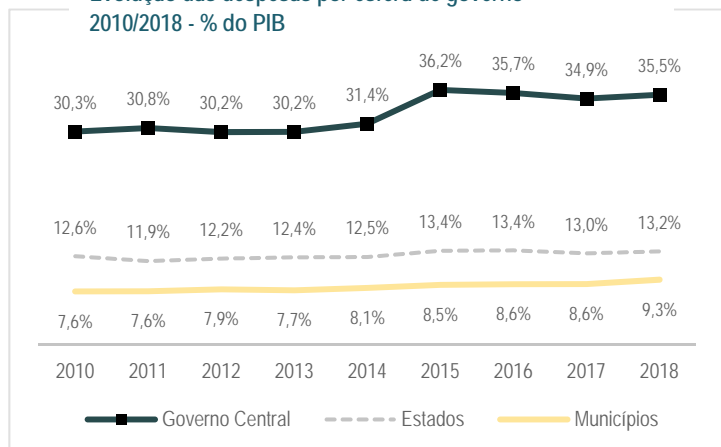
Despesa	Governo Central ¹			Governo central consolidado	Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação					
2. Despesa	2.292.329	149.802	-20.457	2.421.674	904.581	631.879	-582.740	3.375.395
21. Remuneração de empregados	290.953	0	0	290.953	327.873	309.014	0	927.840
22. Uso de bens e serviços	72.874	4.579	0	77.454	111.668	191.343	0	380.465
23. Consumo de capital fixo	34.852	0	0	34.852	37.433	34.154	0	106.439
24. Juros	603.109	17.225	-20.457	599.877	60.739	5.352	-50.809	615.158
25. Subsídios	23.692	0	0	23.692	551	633	0	24.876
26. Transferências / Doações	386.194	0	0	386.194	148.691	659	-531.930	3.614
27. Benefícios sociais	864.691	127.998	0	992.689	171.379	50.758	0	1.214.826
28. Outras despesas	15.963	0	0	15.963	46.248	39.966	0	102.176

Fonte: STN, IBGE e BCB

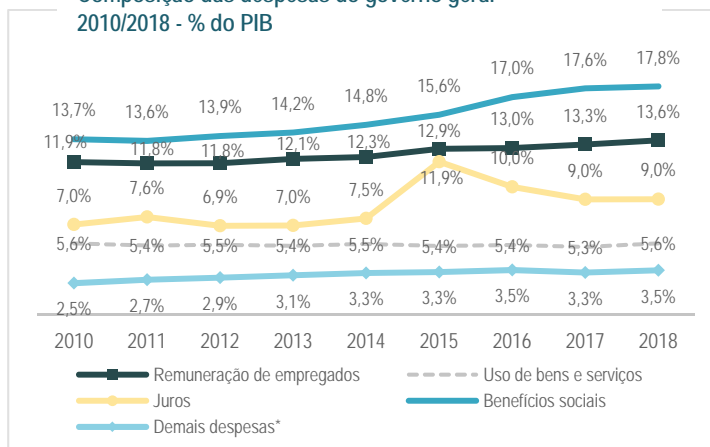
Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

**Evolução das despesas por esfera de governo
2010/2018 - % do PIB**



**Composição das despesas do governo geral
2010/2018 - % do PIB**



(*) Inclui as despesas de subsídios, transferências, consumo de capital fixo e outras despesas.

Fonte: STN, IBGE e BCB

Investimento líquido do Governo Geral – Acumulado no Ano

Tabela 5. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2018

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
3. Investimento líquido em ativos não financeiros (31-32-33)	-11.980	0	0	-11.980	-708	-1.340	0	-14.028
31. Aquisição de ativos não financeiros	26.686	0	0	26.686	38.056	33.597	0	98.339
311. Ativos fixos	25.547	0	0	25.547	n.d.	n.d.	0	n.d.
312. Estoques	910	0	0	910	n.d.	n.d.	0	n.d.
313. Objetos de valor	52	0	0	52	n.d.	n.d.	0	n.d.
314. Ativos não produzidos	177	0	0	177	n.d.	n.d.	0	n.d.
32. Alienação de ativos não financeiros	3.814	0	0	3.814	1.332	782	0	5.928
321. Ativos fixos	277	0	0	277	n.d.	n.d.	0	n.d.
322. Estoques	741	0	0	741	n.d.	n.d.	0	n.d.
323. Objetos de valor	0	0	0	0	n.d.	n.d.	0	n.d.
324. Ativos não produzidos	2.797	0	0	2.797	n.d.	n.d.	0	n.d.
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	34.852	0	0	34.852	37.433	34.154	0	106.439

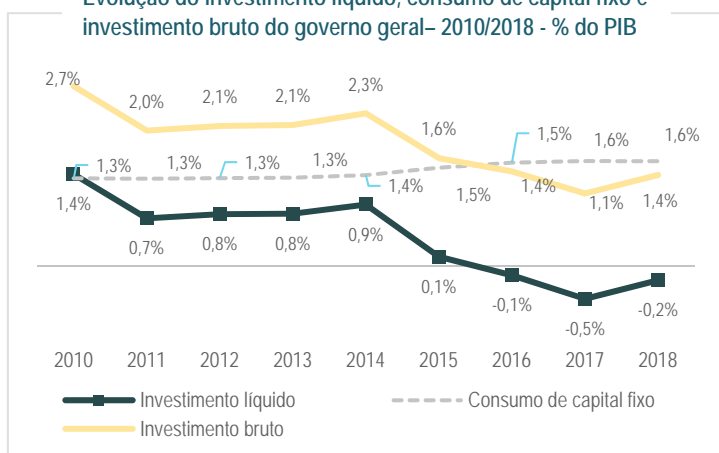
Fonte: STN e IBGE

n.d.: não disponível

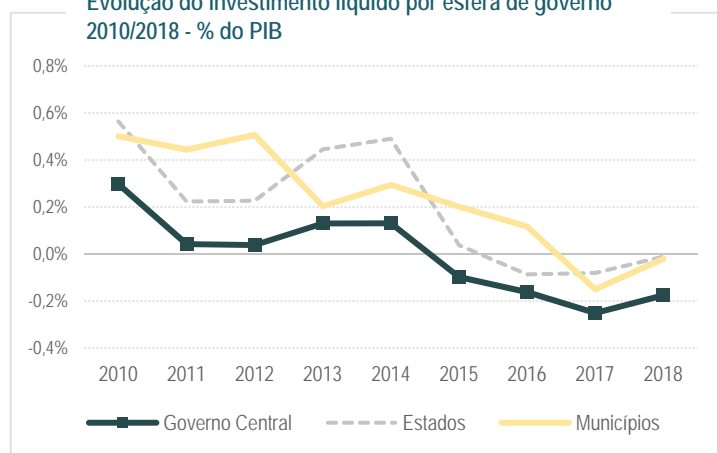
Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

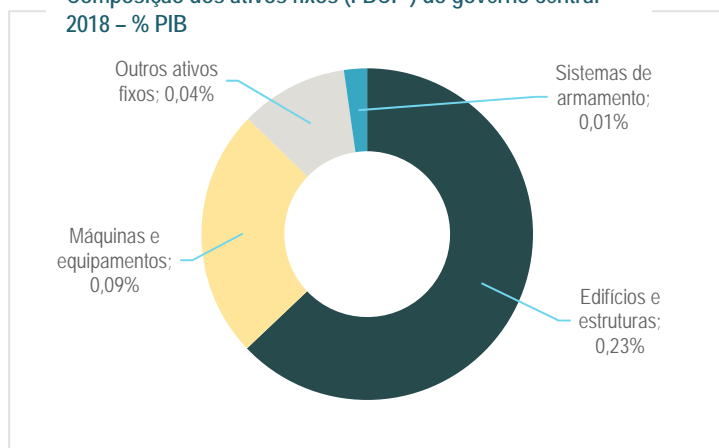
Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do governo geral- 2010/2018 - % do PIB



Evolução do investimento líquido por esfera de governo 2010/2018 - % do PIB



Composição dos ativos fixos (FBCF¹) do governo central – 2018 – % PIB



Fonte: STN e IBGE (1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

Sumário Executivo

No 4º trimestre de 2018, o total da receita do Governo Geral apresentou crescimento nominal de 7,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 41,2% do PIB para 42,6% do PIB. Esse incremento foi influenciado principalmente pelos impostos, que cresceram 6,7% em termos nominais. As despesas tiveram acréscimo nominal de 2,7% alcançando 50,1% do PIB. Os principais aumentos foram em remuneração de empregados (6,3%) e benefícios sociais (3,2%).

A aquisição de ativos não financeiros (investimento) do Governo Geral registrou crescimento de 17,9% no 4º trimestre de 2018 em relação ao 4º trimestre de 2017. Esse incremento foi suficiente para compensar o consumo de capital fixo e as alienações de ativos não financeiros, tendo como consequência "investimento líquido em ativos não financeiros" positivo de 0,3% do PIB.

Como resultado desses fluxos, a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral registrou decréscimo nominal de 14,6%, passando de 9,6% do PIB para 7,8% do PIB.

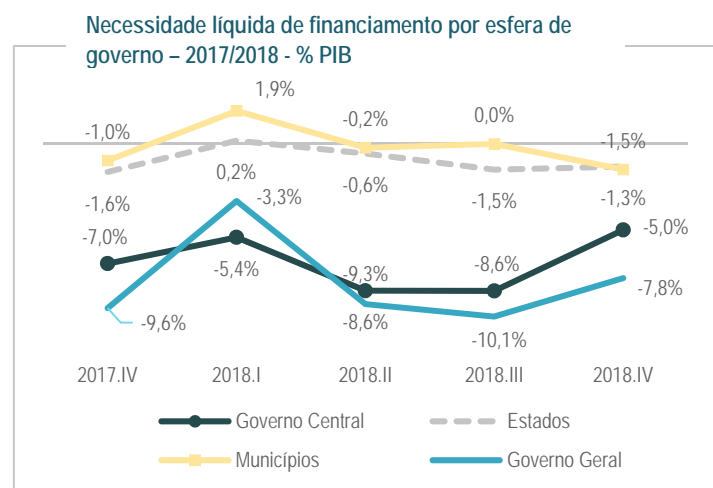
Tabela 6. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2018

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Orçamen- tário	Extraor- çamentá- rio	Coluna de conso- lidação	Governo Central conso- lidado	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolida- ção	
Transações que afetam o patrimônio líquido								
1. Receita	491.343	31.997	0	523.340	224.366	162.409	-152.118	757.996
2. Despesa	585.037	26.805	0	611.843	245.089	186.833	-152.118	891.646
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	8.864	0	0	8.864	9.520	8.686	0	27.070
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-84.831	5.192	0	-79.639	-11.203	-15.738	0	-106.580
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-93.695	5.192	0	-88.503	-20.723	-24.424	0	-133.650
Transações com ativos não financeiros								
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	792	0	0	792	2.843	2.075	0	5.710
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de fi- nanciamento (1-2-31)	-94.487	5.192	0	-89.295	-23.567	-26.499	0	-139.361
Itens de memorando:								
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	576.174	26.805	0	602.979	235.569	178.147	-152.118	864.577
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	9.655	0	0	9.655	12.363	10.761	0	32.780
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financia- mento primária	-23.777	5.007	0	-18.770	-11.078	-27.268	0	-57.117

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.



Fonte: STN, IBGE e BCB

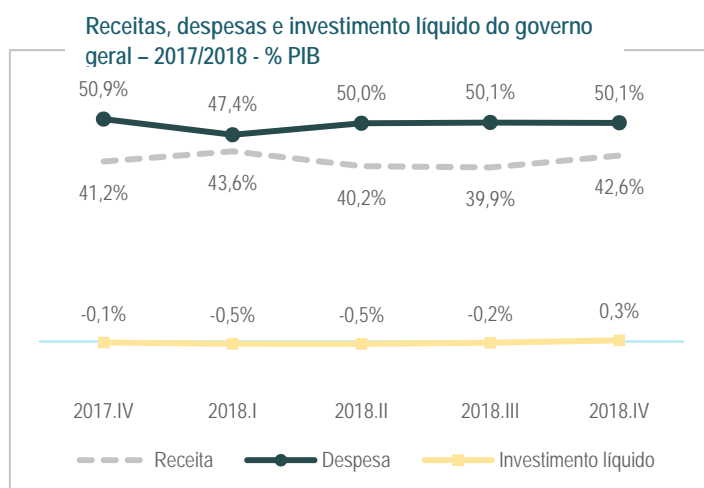


Tabela 7. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 2017/2018

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2017.IV	2018.IV	Diferença	Var. %
Transações que afetam o patrimônio líquido				
1. Receita	702.514	757.996	55.482	7,90%
2. Despesa	868.056	891.646	23.591	2,72%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>25.821</i>	<i>27.070</i>	<i>1.249</i>	<i>4,84%</i>
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-139.721	-106.580	33.141	-23,72%
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-165.542	-133.650	31.892	-19,26%
Transações com ativos não financeiros				
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-2.337	5.710	8.047	-
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-163.205	-139.361	23.844	-14,61%
Itens de memorando:				
<i>1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo</i>	<i>842.235</i>	<i>864.577</i>	<i>22.342</i>	<i>2,65%</i>
<i>2. Aquisição bruta de ativos não financeiros</i>	<i>23.484</i>	<i>32.780</i>	<i>9.296</i>	<i>39,58%</i>
<i>3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária</i>	<i>-55.216</i>	<i>-57.117</i>	<i>-1.901</i>	<i>3,44%</i>

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

Receitas do Governo Geral

Tabela 8. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2018 – R\$ Milhões

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado					
1. Receita	491.343	31.997	0	523.340	224.366	162.409	-152.118	757.996
11. Impostos	233.979	0	0	233.979	153.472	39.861	0	427.312
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	109.822	0	0	109.822	14.066	5.696	0	129.584
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	6.149	0	0	6.149	0	0	0	6.149
113. Impostos sobre a propriedade	398	0	0	398	7.861	12.240	0	20.500
114. Impostos sobre bens e serviços	107.323	0	0	107.323	131.496	21.925	0	260.745
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	10.286	0	0	10.286	0	0	0	10.286
116. Outros impostos	0	0	0	0	48	0	0	48
12. Contribuições sociais	151.375	31.599	0	182.973	11.147	22.777	0	216.898
13. Transferências / Doações	229	0	0	229	51.862	89.881	-141.963	9
14. Outras receitas	105.760	398	0	106.159	7.885	9.890	-10.155	113.778

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

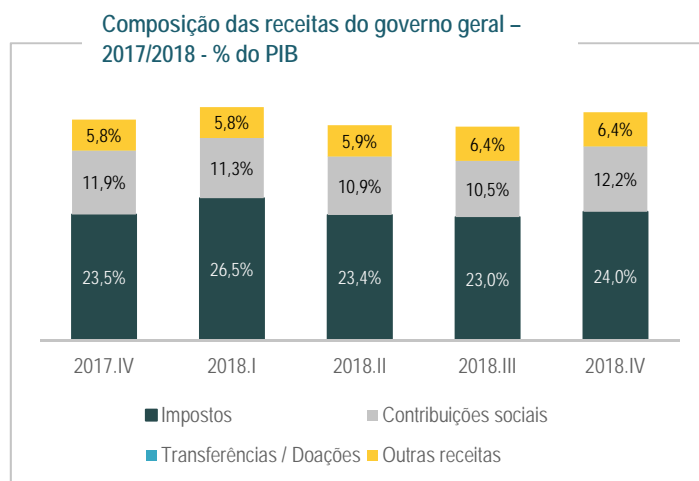
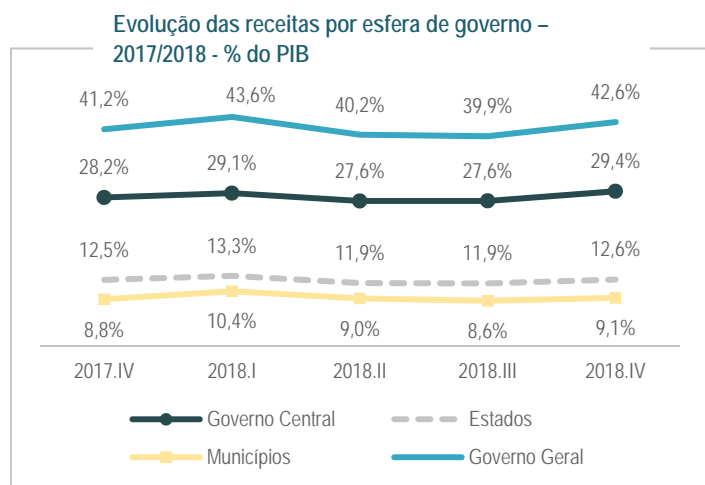
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 9. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2017/2018

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2017.IV	2018.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	702.514	757.996	55.482	7,90%
11. Impostos	400.515	427.312	26.797	6,69%
12. Contribuições sociais	203.339	216.898	13.559	6,67%
13. Transferências / Doações	4	9	4	100,26%
14. Outras receitas	98.655	113.778	15.122	15,33%

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.



Fontes: STN, IBGE e BCB

Despesas do Governo Geral

Tabela 10. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil - 4º Trimestre de 2018

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado					
2. Despesa	585.037	26.805	0	611.843	245.089	186.833	-152.118	891.646
21. Remuneração de empregados	80.089	0	0	80.089	92.817	94.507	0	267.413
22. Uso de bens e serviços	21.425	11	0	21.436	32.299	54.791	0	108.526
23. Consumo de capital fixo	8.864	0	0	8.864	9.520	8.686	0	27.070
24. Juros	131.858	214	n.d.	132.072	13.147	1.283	-10.155	136.347
25. Subsídios	6.578	0	0	6.578	150	181	0	6.909
26. Transferências / Doações	107.435	0	0	107.435	35.721	176	-141.963	1.369
27. Benefícios sociais	225.257	26.581	0	251.837	48.512	15.494	0	315.844
28. Outras despesas	3.532	0	0	3.532	12.922	11.714	0	28.168

Fonte: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

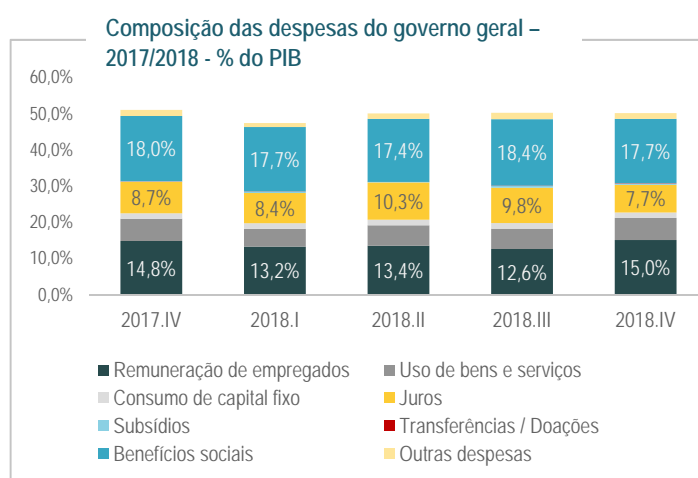
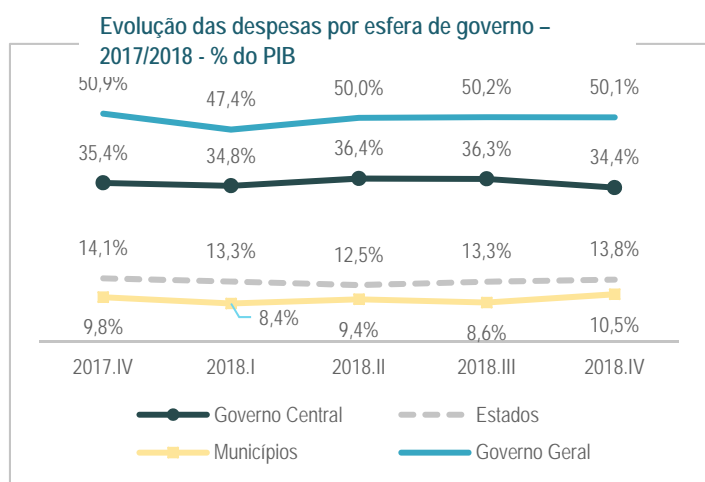
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 11. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2017/2018

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2017.IV	2018.IV	Diferença	Var. %
2. Despesa	868.056	891.646	23.591	2,7%
21. Remuneração de empregados	251.517	267.413	15.896	6,3%
22. Uso de bens e serviços	104.669	108.526	3.857	3,7%
23. Consumo de capital fixo	25.821	27.070	1.249	4,8%
24. Juros	148.494	136.347	-12.148	-8,2%
25. Subsídios	2.405	6.909	4.504	187,3%
26. Transferências / Doações	671	1.369	698	104,1%
27. Benefícios sociais	306.147	315.844	9.697	3,2%
28. Outras despesas	28.331	28.168	-163	-0,6%

Fonte: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.



Fonte: STN, IBGE e BCB

Investimento líquido do Governo Geral

Tabela 12. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2018

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado					
3. Investimento líquido em ativos não financeiros (31-32-33)	792	0	0	792	2.843	2.075	0	5.710
31. Aquisição de ativos não financeiros	10.319	0	0	10.319	12.671	11.075	0	34.065
311. Ativos fixos	9.796	0	0	9.796	n.d.	n.d.	0	n.d.
312. Estoques	451	0	0	451	n.d.	n.d.	0	n.d.
313. Objetos de valor	14	0	0	14	n.d.	n.d.	0	n.d.
314. Ativos não produzidos	58	0	0	58	n.d.	n.d.	0	n.d.
32. Alienação de ativos não financeiros	664	0	0	664	308	314	0	1.285
321. Ativos fixos	152	0	0	152	n.d.	n.d.	0	n.d.
322. Estoques	158	0	0	158	n.d.	n.d.	0	n.d.
323. Objetos de valor	0	0	0	0	n.d.	n.d.	0	n.d.
324. Ativos não produzidos	354	0	0	354	n.d.	n.d.	0	n.d.
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	8.864	0	0	8.864	9.520	8.686	0	27.070

Fonte: STN e IBGE. n.d.: não disponível. Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

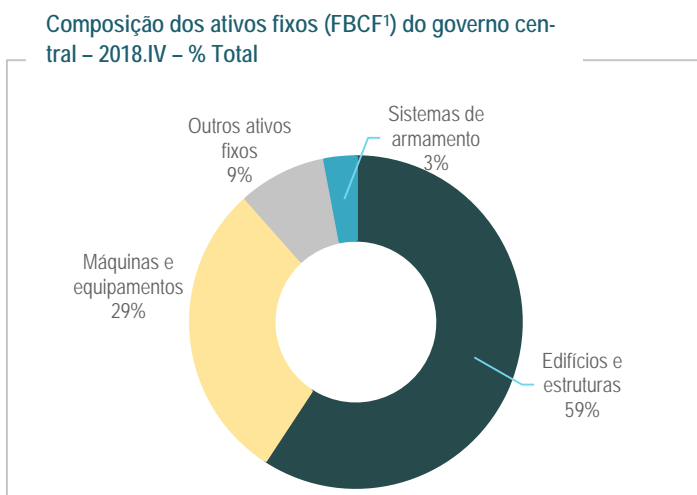
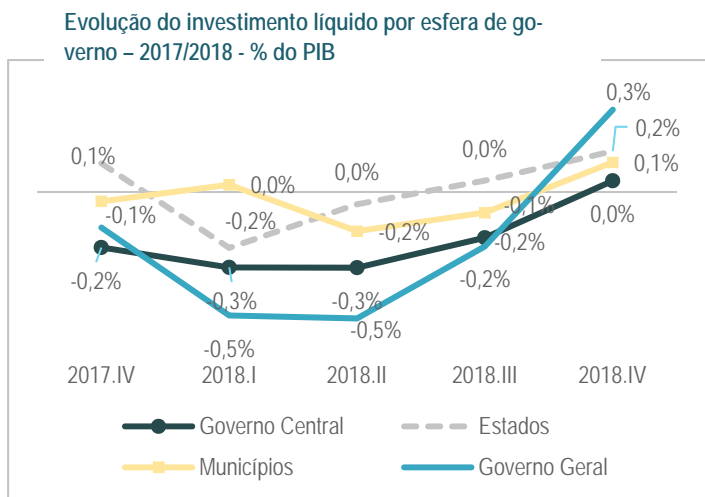
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 13. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil –2017/2018

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2017.IV	2018.IV	Diferença	Var. %
3. Investimento líquido em ativos não financeiros	-2.337	5.710	8.047	-
31. Aquisição de ativos não financeiros	28.892	34.065	5.173	17,91%
32. Alienação de ativos não financeiros	5.408	1.285	-4.123	-76,23%
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	25.821	27.070	1.249	4,84%

Fonte: STN e IBGE

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.



Fonte: STN e IBGE. (1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, estados e municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, despesas e investimento líquido em ativos não financeiros.

EFP (Estatísticas de finanças públicas) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação anual “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

1. Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do governo central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também são agregados aos respectivos entes.

2. Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do governo central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP. Destaca-se que a partir da última publicação foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal, que até então era incorporado nas despesas do Governo Central. Com este ajuste, as despesas do FCDF passam a ser registradas no âmbito dos Governos Estaduais, com o correspondente registro de transferência do Governo Central.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral e as contribuições sociais imputadas para o governo central foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes. Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma *proxy* do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Uma das premissas adotadas no presente trabalho e que tem amparo em manuais metodológicos internacionais, foi considerar que os registros contábeis efetuados pelas esferas superiores são mais consistentes e confiáveis que os feitos pelas outras esferas. Nesse sentido, o registro feito pela União é mais fidedigno que os realizados pelos estados, os quais, por sua vez, realizam registros mais consistentes que os efetuados pelos municípios.

Cabe destacar que ao seguir essa regra, alguns registros realizados pelas esferas inferiores são desconsiderados e novos valores são imputados em seus lugares, o que resultaria em um impacto fiscal caso nenhum outro tratamento fosse realizado. Assim, uma outra premissa adotada para os dados de Estatísticas de Finanças Públicas foi a de que não deveria haver impacto no resultado fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

3. Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

- a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.
- b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como despesa.
- c) Capacidade / necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa

O Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

- a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa que está disponível para o governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis a partir do portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

4. Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

5. Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no "Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais" que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

6. Fontes externas e publicações relacionadas

Base de dados: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Publicação "Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo": <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Manual de Estatísticas Fiscais: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/476865/PFI_Manual_Estatisticas_Fiscais/945c2ec4-a584-4823-9375-ffb22c070f78

Government Finance Statistics Manual 2014: <http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>

7. Institucional

Mansueto Facundo de Almeida Jr.

Secretário do Tesouro Nacional

Pedro Jucá Maciel

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

Rafael Cavalcanti de Araújo

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Equipe Técnica

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Gabriel Gdalevici Junqueira

Karla de Lima Rocha

Vitor Henrique Barbosa Fabel

8. Contato

Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF

Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br